



AUTÁRQUICAS 2021

ALBUFEIRA, DAR VOZ AO QUE IMPORTA



albufeira@blocomail.org

**ENVOLVER A
POPULAÇÃO**
na tomada
de decisões

HABITAÇÃO
viver em
Albufeira,
é possível

**MAIS E MELHOR
EMPREGO**
diversificar
a economia local



AUTÁRQUICAS 2021

PROGRAMA AUTÁRQUICO

CIDADE PARTICIPATIVA

HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE

**MOBILIDADE, TRANSPORTES E
SISTEMA VIÁRIO**

ECONOMIA E FINANÇAS

SAÚDE E 3^a IDADE

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇOS SOCIAIS

CULTURA E DESPORTO

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

ALBUFEIRA, DAR VOZ AO QUE IMPORTA

A forma como a nossa cidade se movimenta, influencia não só o nosso quotidiano, mas também a nossa economia e a nossa estrutura social. A origem de todos os nossos problemas encontra-se no movimento, ou neste caso na ausência dele. Para combater esta inércia, a candidatura do Bloco de Esquerda pretende travar os problemas sentidos por residentes e pelos visitantes do concelho de Albufeira, e acelerar o auxílio dos mesmos.

Durante os últimos 20 anos, a política de habitação, de transportes públicos, de saúde, de cultura e de educação estiveram fora da agenda política, aparecendo obras e medidas avulsas mais com o objetivo eleitoral do que objetivamente melhorar estruturalmente os serviços públicos e os acessos e fazer face às desigualdades. Apesar de aparentemente sermos um município com características marcadamente urbanas, esta falta de serviços básicos e condicionalismos faz com que se assemelhe uma cidade de interior em desenvolvimento. A obsessão pelo mercado do turismo, e a desvalorização de outros setores da economia criou distorções sociais que levaram a uma alta taxa de desemprego, trabalho precário, desregulação entre o vínculo laboral e a família, a falta de empregabilidade para jovens qualificados resultando numa grande insegurança na vida das pessoas.

Ao alimentarem estas políticas de economia sazonal contribuíram também para a destruição de uma cidade com vida própria e identidade.

Sem uma visão a longo prazo de diversificação

da economia baseado num princípio de sustentabilidade social e ambiental não sairemos deste ciclo.

Por outro lado, Albufeira descartou-se de debates contemporâneos de direitos básicos humanos como o do combate à discriminação racista, homofóbica e nas lutas pela igualdade de género, branqueando problemas sociais com a falsa imagem de um turismo desenfreado, de uma suposta cidade progressista e diversa, enquanto que observamos que os empregos mais precários são sempre ocupados pelas mesmas camadas da população.

Dar voz ao que importa é ter prioridades bem definidas, estar ao lado das pessoas e ter políticas concretas que melhorem a qualidade de vida de quem cá vive e quer viver. Ao longo deste programa vamos elencar algumas medidas para fazer face não só à crise pandémica, mas à crise estrutural que o modelo de governação na cidade provocou. Num programa aberto e participado que estará sempre em crescimento e aprendizagem com as pessoas e para as pessoas.

CIDADANIA PARTICIPATIVA

Os municípios devem servir os seus municípios.

Os eleitos para órgãos autárquicos devem trabalhar em prol dos cidadãos pelos quais foram eleitos. Isto quer dizer que a participação cidadã não se extingue no dia da eleição, devendo os eleitos procurar consultar diretamente os municípios, construindo uma cidade para quem lá vive. É necessária uma cidadania ativa, participativa e inclusiva.

- Participação por parte dos municípios em todas as fases de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal;

- Maior integração dos cidadãos nas decisões municipais, para que os moradores de cada área decidam o desenvolvimento da mesma;

- Atualização do Orçamento Participativo, com uma fatia maior do orçamento municipal, que englobe e abranja alterações de relevo nas freguesias;

- Unificação de todas as Apps do município, com fácil utilização;

- Modernização dos serviços de forma a torná-los mais eficientes e libertar os balcões para quem realmente necessita;

- Cartão único municipal que agregue todos os serviços.





HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE

Os centros das cidades no Algarve, como nas restantes áreas urbanas do país, estão a desaparecer. No seu lugar, estão a surgir, sem qualquer controlo, alojamentos locais e estabelecimentos comerciais e turísticos. É aqui que também importa o planeamento da cidade.

Não podemos permitir que uma cidade se transforme num esqueleto, sem habitantes, rendida ao interesse económico. Em Albufeira, assistimos nos últimos 20 anos à destruição da malha populacional da baixa da cidade, surgindo, onde antes eram espaços residenciais, alojamentos locais, residenciais e pensões, bares e restaurantes, que só funcionam nos meses de verão.

Em resultado disso, a baixa de Albufeira não tem qualquer dinâmica, transformando-se numa “cidade fantasma” no inverno. Por outro lado, o acesso à habitação condigna tornou-se um “luxo” que já nem os agregados de média classe conseguem suportar. Sendo os jovens do concelho os mais lesados, obrigados a viver com o seu agregado familiar até muito tarde, adiando o seu projeto de vida autónomo, ou a sair do concelho em busca de melhores condições.

O município de Albufeira abrange grandes áreas naturais, principalmente na área da lagoa dos Salgados, no Barrocal e na própria zona costeira. Não podemos deixar cair estas áreas em prol da construção desenfreada, destruindo habitats importantíssimos para a vida animal e vegetal no concelho. Temos também de pensar na poluição e desperdício que as zonas habitacionais comportam. A água é um bem escasso no Algarve e Albufeira é das cidades com maior poluição do país.

Também o modelo de separação e recolha de resíduos do município deve ser atualizado, permitindo mais categorias de separação e uma diminuição dos resíduos sólidos com destino a aterro ou incineração. Os estabelecimentos hoteleiros, bares e restaurantes devem participar grandemente na elaboração de um modelo alternativo, visto que são uma grande fonte de resíduos.

HABITAÇÃO

400 habitações em 4 anos

- Criação de um programa de rendas acessíveis (Obrigação das novas construções terem no mínimo 20% de habitação social ou a custos controlados);
- Construção de habitação pública social e de arrendamento a custos controlados;
- A limitação do licenciamento de obras novas ou de requalificação com fins comerciais em áreas com elevada pressão urbanística;
- A aplicação da legislação em vigor, que majora o IMI a prédios urbanos e rurais em situação de abandono, incentivando, por outro lado, à requalificação para fins habitacionais, para habitação permanente ou aluguer a longo prazo.



OBRAS

Por uma cidade com identidade

- Auditoria externa à secção de Obras e Urbanismo de C.M. Albufeira
- Reabilitação do Jardim da Meia Laranja (Largo Engenheiro Duarte Pacheco);
- Reabilitação da Praça dos Pescadores, através de consulta popular;
- Substituição de pavimentos das zonas históricas do concelho por calçada portuguesa;
- Reelaboração dos contratos a empresas externas;
- Restrição de Obras na via pública de 31 de Março a 15 Outubro;
- Alargamento da Restrição de Obras Privadas exteriores do período de 1 de Junho a 30 de Setembro.

AMBIENTE

- Reelaboração do plano de limpeza urbana;
- Alteração do modelo de disposição do lixo e da sua recolha;
- Elaboração do plano municipal de adaptação às alterações climáticas;

- Reestruturação da rede de ecopontos, papeleiras e cinzeiros no concelho;
- A implementação de medidores de qualidade do ar no concelho;
- Elaboração de um plano paisagístico integrado;

- Criação de novos parques com enfase em espécies de plantas autóctones;
- Reabilitação de património histórico, candeeiros e painéis existentes na baixa da cidade;
- Manter o máximo de arvoredo original em novos projetos;

- Criação de hortas urbanas comunitárias;
- Desenvolver campanhas que sensibilizem os cidadãos para o uso eficiente da água a nível doméstico;
- Criação de uma ecovia que ligue Ferreiras a Paderne;

- A proteção das áreas naturais do município e o estudo das zonas da Lagoa dos Salgados e do Barrocal, para entender as consequências das políticas de desinteresse dos anteriores executivos;
- A limitação de licenciamento para construção de piscinas, como estratégia defensiva de poupança de recursos hídricos;
- A redução de circulação automóvel em áreas da cidade em que a poluição seja elevada;
- Campanhas de sensibilização e orientação destinadas aos cidadãos que detenham e cultivem pequenas hortas ou jardins, no sentido de promover a cultura de espécies adaptadas ao clima do concelho, evitando a necessidade de rega excessiva;

BEM ESTAR ANIMAL



- Criação de Albergue de Animais;

- Dispensa de taxas de licenciamento animal para famílias e pessoas com baixos rendimentos;

- Canil Municipal: Adoção responsável e acompanhada para animais de companhia para pessoas idosas, especialmente em situação de isolamento.

MOBILIDADE, TRANSPORTES E SISTEMA VIÁRIO

A nossa cidade tem uma rede de transportes urbanos ineficiente. O Giro tem horários reduzidos, não tem ligação às zonas importantes do município e não existe interoperacionalidade entre as opções de transporte. O Giro vai à estação de comboios das Ferreiras, mas não tem horários compatíveis, por exemplo.

Por outro lado, as vias públicas continuam a ser um impedimento ao movimento livre para pessoas com mobilidade condicionada apesar de ter sido legislado adaptação do espaço público há mais de 10 anos. Quem quiser utilizar meios alternativos e mais ecológicos para se movimentar também não encontra uma cidade adaptada com a segurança viária necessária para o fazer. O desenvolvimento da ciclovia nos próximos anos será imperativa para uma mudança na forma de nos movimentarmos dentro das cidades, e deixará de ser um hobbie ou plano familiar circunscrito a um par de horas num circuito limitado e recreativo.

- Cessação dos contratos privados dos parques de estacionamento;
- Reestruturação da rede de transportes coletivos, visando o alargamento das linhas e de horários, do circuito urbano a todas as freguesias do concelho;
- Resgate do contrato com a Barraqueiro, com perspectiva de municipalizar o transporte urbano coletivo rodoviário;
- Implementação de uma estratégia com vista a gratuidade dos transportes coletivos, passe social gratuito para crianças e jovens estudantes do concelho até aos 18 anos, trabalhadores cujo rendimento auferido corresponde ao ordenado mínimo nacional, residentes nas zonas mais distantes do centro da cidade, como Paderne;
- Acesso a WIFI nas paragens de Giro e carregador USB solar;
- Construção de ciclovia nas principais artérias da cidade;
- Adaptação de todo o espaço público do concelho a pessoas de mobilidade reduzida;
- Reorganização das sinaléticas viárias;
- Criação de um projecto piloto de uma rede partilhada de bicicletas elétricas;
- Incentivar a modernização das frotas de transportes públicos, com recurso a veículos movidos a fontes de energia alternativas.

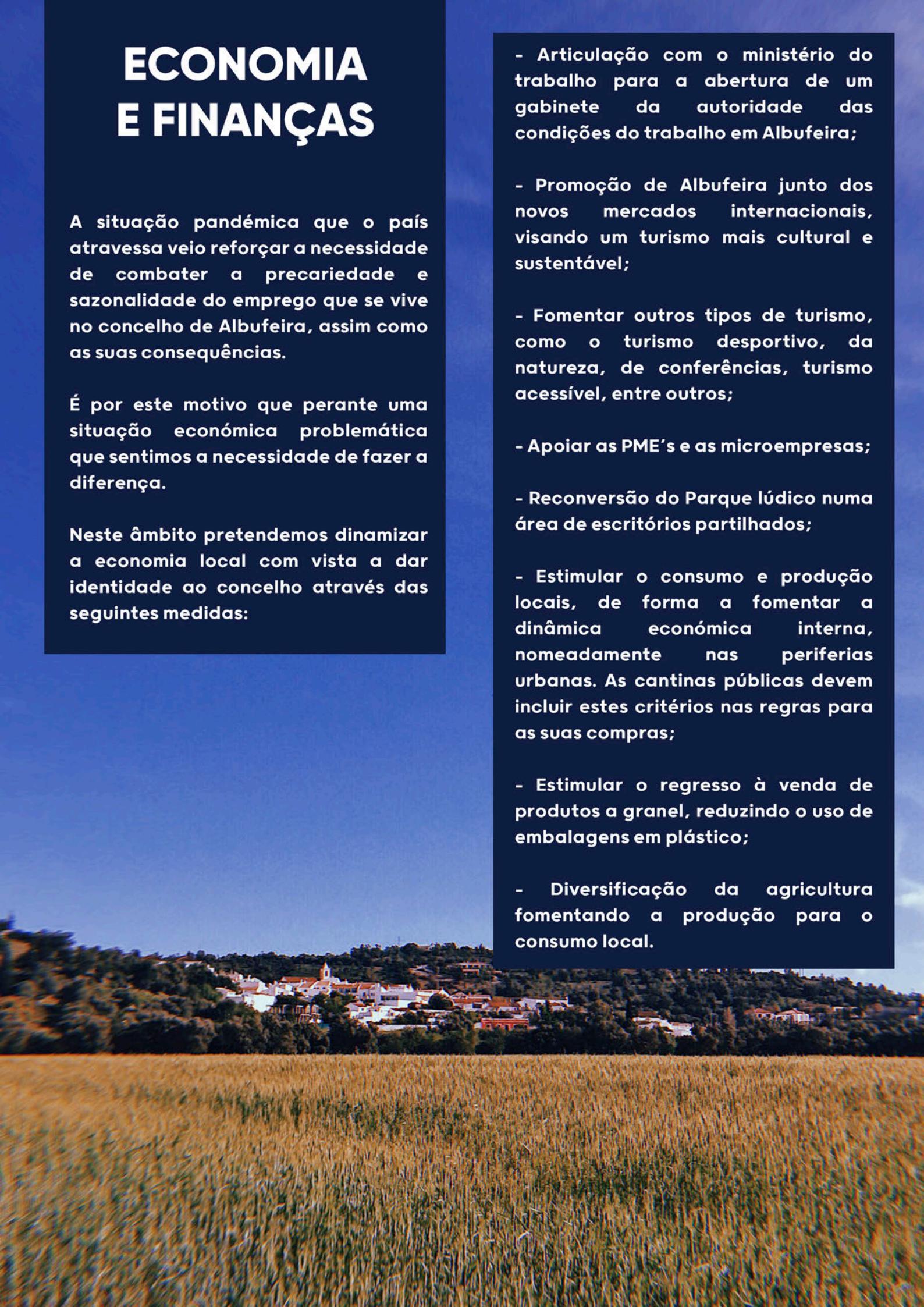
ECONOMIA E FINANÇAS

A situação pandémica que o país atravessa veio reforçar a necessidade de combater a precariedade e sazonalidade do emprego que se vive no concelho de Albufeira, assim como as suas consequências.

É por este motivo que perante uma situação económica problemática que sentimos a necessidade de fazer a diferença.

Neste âmbito pretendemos dinamizar a economia local com vista a dar identidade ao concelho através das seguintes medidas:

- Articulação com o ministério do trabalho para a abertura de um gabinete da autoridade das condições do trabalho em Albufeira;
- Promoção de Albufeira junto dos novos mercados internacionais, visando um turismo mais cultural e sustentável;
- Fomentar outros tipos de turismo, como o turismo desportivo, da natureza, de conferências, turismo acessível, entre outros;
- Apoiar as PME's e as microempresas;
- Reconversion do Parque Lúdico numa área de escritórios partilhados;
- Estimular o consumo e produção locais, de forma a fomentar a dinâmica económica interna, nomeadamente nas periferias urbanas. As cantinas públicas devem incluir estes critérios nas regras para as suas compras;
- Estimular o regresso à venda de produtos a granel, reduzindo o uso de embalagens em plástico;
- Diversificação da agricultura fomentando a produção para o consumo local.





SAÚDE E 3^a IDADE

É urgente alterar o paradigma de cuidados no qual está assente a sociedade portuguesa e inherentemente o nosso município. Hoje ser idoso é um sinal de exclusão, de hiperdependência do círculo familiar, penalizando especialmente a mulher que é quem ainda suporta grande parte dos cuidados informais. Existe uma falta de serviços e economia de cuidados que dignifiquem a pessoa idosa e lhe permita, até que assim seja possível, uma autonomia e liberdade merecidas. Continuamos a investir na institucionalização de quem tem ainda muito para dar ao invés de criarmos uma rede pública de serviços públicos que permitam às pessoas idosas permanecerem nas suas casas, com projetos de socialização e capacitação. Não queremos mais lares, queremos uma cidade que veja os mais velhos como uma mais valia!

- Criação de uma rede de cuidados ao domicílio pública, incluindo equipas de saúde por secção territorial;
- Criação do gabinete do cuidador/a informal;
- Levantamento do número de cuidadores informais de pessoas idosas no concelho e das suas necessidades;

- Contratação de profissionais de saúde adequando a média à população residente atual;
- Criação de um plano estratégico municipal de envelhecimento ativo;
- Criação do kit "seguro em casa" municipal, que deve conter uma pulseira ou colar com botão de emergência e um alarme para incêndio e fuga de gás ligado ao 112 e a uma pessoa íntima da pessoa idosa;
- Programação de atividades regulares nas freguesias que promovam uma terceira idade ativa e comunitária;
- Priorizar a saúde mental nos planos municipais de saúde;
- Melhoramento da prevenção e ação contra doenças transmissíveis;
- Instalação durante a época alta de unidade de primeiros socorros ambulatória na rua da oura e baixa da cidade com macas de repouso e um profissional de saúde, de forma a não entupir o centro de saúde com casos de intoxicação alcoólica.

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇOS SOCIAIS

Devemos construir uma cidade para todas as pessoas, inclusiva e multicultural. Durante a pandemia rapidamente percebemos que o modelo socio-económico escolhido para o concelho pelos sucessivos executivos, baseados na mão-de-obra e vínculos laborais precários, levou a que o concelho tivesse das mais altas taxas de desemprego e consequentemente níveis de pobreza e exclusão social altos. A resposta muitas vezes assistencialista, deixa a dignidade, liberdade e auto-determinação das famílias de fora, e não promove uma real inclusão e ascensão social.

- Criação de uma loja de cidadão;
- Aplicação da tarifa social da água automática;
- Reestruturação do serviço de uma cantina municipal;
- Criação de um gabinete e casa abrigo LGBTQIA+;



- Criação de um gabinete de Apoio ao Município em risco, de forma a consolidar os meios com as instituições de solidariedade do concelho;
- Formação gratuita das empresas turísticas na resolução de conflitos internacionais;
- Formação gratuita dos seguranças privados e interessados na resolução de conflitos em ambientes noturnos;
- Promover campanhas locais antirracistas, envolvendo sempre as comunidades vítimas de racismo e xenofobia no seu planeamento;
- Promover o debate / discussão sobre temas relativos à sexualidade (onde não sejam abordados os temas apenas sobre a perspetiva heteronormativa e binária) nas escolas.
- Distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual nas escolas, e instituições públicas do concelho;

CULTURA E DESPORTO



- Reconversão da Praça de Touros num pavilhão cultural;
- Exploração do Hospital Velho de Albufeira como Sala Cultural;
- Criação de programas que promovam produção de cultura, como workshops de empreita no centro da cidade;
- Criação de um museu da chaminé algarvia ao ar livre e disperso, através de um projecto piloto intermunicipal de envolvência cultural com os municípios;

O acesso à cultura é dos direitos que mais contribui para o desenvolvimento humano, do pensamento criativo e crítico, traz e leva mundo às pessoas, abre horizontes às comunidades. A cultura tem sido ao longo dos anos em Albufeira um parente pobre nas políticas do município.

Constantemente confundida com animação e entretenimento turístico, não forma novos públicos e espetadores nas artes, quem vive em Albufeira não tem direito a infraestruturas culturais de qualidade, nem a uma programação cultural anual.

A par também o desporto tem uma relevância cognitiva enorme, principalmente nas primeiras fases do crescimento humano. Apesar de ter havido investimento para a área de desporto, os interesses instalados não permitem uma diversidade desportiva, necessitamos de investir em novas áreas desportivas, em novos agentes comunitários que fomentem a prática desportiva em todas as idades.

- Criação de um programa de street art, que convide artistas do concelho, tornando a cidade mais cosmopolita e moderna;
- Criação de um programa de Partilha de Livros;
- Integração do Plano Nacional de Cinema na educação e apoio ao cineclubismo;
- Equilíbrio no financiamento de modalidades desportivas;
- Promoção de eventos culturais e artísticos a nível intermunicipal, de forma a promover a partilha de recursos e de públicos.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

A educação é a base da personalidade humana, as crianças de hoje estarão amanhã a tomar decisões em todas as áreas, desde o ambiente, passando pela economia, sem deixar de referir a gentrificação e a exclusão social. Queremos uma escola inclusiva, aberta a todas as diferenças, sejam elas de ordem intelectual, física, religiosa, cultural. É urgente que o nosso concelho pugne pela valorização da profissão docente e pelo apoio a todos os membros da comunidade escolar. O combate pela diminuição das desigualdades mais notórias em escolas dentro do mesmo concelho. É necessário também, de uma vez por todas, criar um espaço, em articulação com o IEFP, para dar formação qualificada aos nossos jovens e população no geral que queiram melhorar as suas habilitações profissionais.

É urgente não só fixar a juventude, mas conceder-lhes oportunidades de formação e qualificação para o progresso e integração na sua cidade natal ou naquela que decidiram viver e construir raízes e família.



EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

- Expandir e requalificar a rede de creches públicas municipais, garantido assim o acesso à educação a partir dos 4 meses de idade;
- Criação de um projeto piloto de um pólo universitário remoto em parcerias com diversas universidades públicas;
- Criação da pousada de juventude em Paderne.
- Promover iniciativas locais de educação ambiental e ciência para dar a conhecer aos munícipes a biodiversidade que os rodeia;
- Fomentar a participação cidadã dos estudantes nos processos de gestão democrática das escolas, mediante a criação de Assembleias de estudantes;
- Incluir a valorização do património local e cultural nos programas educativos;
- Garantir o envolvimento entre as escolas, a autarquia e a comunidade de forma a dar resposta às várias funções educativas, como as atividades de enriquecimento curricular, ou outras atividades formais e não formais e as necessidades de apoio às famílias;
- Assegurar que a aprendizagem não se efetua apenas através do conhecimento académico tradicional, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a outras formas de realização pessoal e possibilidades de sucesso, nomeadamente através das artes, cultura e desporto escolar, valorizando e reforçando estas competências;
- Aprofundar o envolvimento das escolas com a autarquia para os programas de saúde pública e de combate à pobreza infantil, de forma a garantir cuidados básicos de saúde, higiene e uma alimentação saudável e equilibrada a toda a população escolar, através de ofertas tendencialmente públicas;
- Intervir nos equipamentos escolares para aumentar a sua eficiência energética, garantindo uma climatização adequada à promoção da saúde da comunidade educativa nas épocas de maior frio e calor;
- Apoiar as escolas na promoção de eventos/espaços culturais para a comunidade;
- Abertura de novas formações pelo IEFP que não estejam limitadas à área do turismo;





AUTÁRQUICAS 2021

**ALBUFEIRA,
DAR VOZ AO
QUE IMPORTA**

VOTA BLOCO